

Idéias de Simonsen para mudar o jogo

Entendendo que o atual esquema de correção monetária transformou-se num incômodo realimentador das taxas inflacionárias e, consequentemente, é hoje o principal responsável pelas altas taxas de juros e pela estagflação, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen vem propondo a desindexação de todos os ativos financeiros.

Para o ministro do Planejamento do governo Geisel, o expurgo da correção monetária, tanto no INPC (Índice Nacional de Preços) como no IGP (Índice Geral de Preços) deve ser feita de forma clara e transparente para que todos os estratos sociais saibam quais as regras do jogo, e não de maneira sub-reptícia. Esse expurgo, ou desindexação como ficou na moda ultimamente, não significa o fim das três correções, em torno das quais gravita nosso sistema de preços: a monetária, a cambial e a salarial. Da mesma forma, não significa um congelamento de salários, preços administrados e taxa de câmbio.

Entende Simonsen que, enquanto a inflação não baixar para um piso de 20% ao ano, teremos de conviver com algum mecanismo automático de reajustamento das prestações contratuais. Na sua opinião, por desindexação deve-se entender a desvinculação entre as correções automáticas e os índices usuais de preços, como o INPC é o IGP. Esses índices incorporam choques de preços provocados por desvalorizações cambiais, corte de subsídios e aumentos de impostos indiretos que não devem ser repassados nem aos rendimentos nem aos ativos financeiros.

Como exemplo, mostra Simonsen que a conta-petróleo está hoje subsidiada em Cr\$ 4 bilhões diários, exatamente o maior item da nossa pauta de importações. Mas cortar esse subsídio provocaria uma alta corretiva de preços, porque os derivados de petróleo pesam sobre todos os setores da economia. Essa inflação corretiva, pela atual indexação da economia, se transformaria em inflação permanente. Com isso, quer dizer o ex-ministro que, se o governo eliminasse o subsídio, a alta do petróleo elevaria mais a taxa de inflação, que seria repassada para toda a economia e devolvida ao consumidor, mediante maiores salários, maiores rendimentos em cadernetas, letras de câmbio, aluguéis, enfim todos os rendimentos. Assim, a alta de um produto que deveria ser rationado ao consumo, mediante um preço maior, no caso o petróleo, é neutralizada pela atual indexação e o consumidor acaba recebendo mais cruzeiros para continuar comprando sua gasolina.

Além disso, como as ORTN seguem o IGP, o corte do subsídio oneraria fortemente o Tesouro pela correção a mais da dívida pública interna.

Para corrigir essa situação, Simonsen propõe uma fórmula em que a correção monetária seja baseada apenas na expan-

são dos agregados monetários, expurgando-se do IGP e INPC essa inflação corretiva, ou seja, os impostos indiretos, os produtos importados e subsídios. As ORTN seriam determinadas por esse IGP expurgado e todos os salários seriam reajustados na proporção das ORTN. Os aluguéis, hoje amarrados a 90% do INPC, seguiriam a mesma regra.

Fim da semestralidade

Simonsen faz severas críticas à política salarial. Acha que o INPC é um índice tecnicamente inadequado aos reajustes automáticos e que, pior, ainda, é reajustar alguns salários acima, outros abaixo do INPC, como se a distribuição de renda fosse um problema a resolver apenas no grupo dos assalariados, como se a velocidade de redistribuição devesse depender da taxa de inflação.

Para os assalariados de renda mais baixa, Simonsen diz que poderia ser concedido um bônus de 4%, ao ano, além das ORTN, mas, em qualquer hipótese, esse bônus deveria exprimir-se como um ganho real independente da taxa da inflação. Quanto ao espaçamento dos reajustes, sua opinião é de que deveria abolir-se a semestralidade, um tabu sem significado social. Numa primeira fase, os salários seriam reajustados sempre que houvesse um aumento de 40% das ORTN. À medida que a inflação fosse baixando, o mesmo ocorreria com esse percentual.

Simonsen enfatiza que a igualdade entre a correção de salários, outros rendimentos e ativos financeiros, além de socialmente atrativa, ressolveria vários impasses, como o da incompatibilidade dos reajustamentos salariais da classe média e os dos aluguéis ou prestações da casa própria. A curto prazo, o mercado financeiro poderia reagir contra o expurgo dos índices aumentando as taxas reais de juro cobradas sobre as ORTN. Para os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação isso não seria um sofrimento adicional, pois os juros a mais seriam compensados pela correção a menos. Seria apenas necessário, segundo o ex-ministro, que num período de transição fosse amparada a caderneta de poupança com algum incentivo fiscal.

Quanto ao mercado aberto (*open*), ele acha que é hora de os dirigentes do mercado financeiro compreenderem que, como rezava a Resolução nº 368, do Banco Central, esse mercado deve basear-se em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e não em obrigações (ORTN) com cláusula cambial.

Quanto à perspectiva de haver evasão de recursos para o mercado paralelo do dólar, outros economistas da Fundação Getúlio Vargas, da mesma linha de pensamento de Simonsen, acham que não é possível fundamentar uma política econômica pensando-se no que vai acontecer com o black-